

tes aos regimes portugueses não está, exclusivamente, determinada pelas simpatias políticas que possam ser estabelecidas, mas pela necessidade da manutenção de um laço com a sua terra natal e pelo interesse demonstrado pelas autoridades para com a colónia» (p. 562). Do seu livro resulta que, independentemente das opções ou consciência política de cada «patricio», o Estado Novo de Salazar soube alimentar a ligação do emigrante ao universo rural, à sua aldeia e às suas tradições regionais, assegurando, durante décadas, «mesmo sem a utilização de aparelhos formais de propaganda [usados pela Itália fascista junto dos seus emigrantes], [...] a devoção de uma grande parte da colónia portuguesa do Brasil» (p. 563). Esta obra representa um importante contributo para a compreensão (desmistificadora) da adesão dos portugueses do Brasil ao salazarismo.

CLÁUDIA CASTELO

*Jorge Ramos do Ó, Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito». 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

António Ferro é, na verdade, uma das mais fascinantes personalidades do Estado Novo e, todavia, está longe de ter sido estudado em amplitude

e profundidade historiográficas. Com efeito, as últimas obras que têm aparecido sobre ele ou visaram sobretudo a análise do seu contexto político (Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social. 1918-32*, Lisboa, ed. Cosmos, 1994), ou tiveram um sentido essencialmente sintético e antológico (Raquel Pereira Henriques, *António Ferro. Estudo e Antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990) ou o carácter de dicionário (Heloisa Paulo, «FERRO, António Joaquim Tavares», in Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996), ou assumiram explicitamente o carácter memorial (Mafalda Ferro e Rita Ferro, *Retrato de Uma Família. Fernanda de Castro, António Ferro, António Quadros*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999). Nenhuma obra procurou fazer um estudo profundo da complexa figura do «modernista» Ferro do editor do *Orpheu* e autor do «manifesto literário» *Nós*, que mais tarde veio a afirmar, no seu jeito espontâneo, detestar o termo «modernismo» (*Catorze Anos da «Política do Espírito»*, s. p., cit. in J. Ramos do Ó, *ob. cit.*, p. 189) e que adaptou o seu pensamento e a sua sensibilidade à postura oficial de primeiro director do Secretariado de Propaganda Nacional; de Ferro que, como o modernista e futurista D'Annunzio, por quem se entusiasmou (*Gabriele d'Annunzio e Eu*, Lisboa, Portugália, 1922), se sentiu atraído pelas «ditaduras», nomeadamente pelo fascis-

mo de Mussolini (*Viagem à volta das Ditaduras*, Lisboa, Diário de Notícias, 1927); do primeiro conferencista sobre cinema (*As Grandes Trágicas do Silêncio*, conferência de arte realizada no Salão Olímpia na tarde de 1 de Junho de 1917, Lisboa, H. Antunes Editor, 1917); do «autor maldito» da peça *Mar Alto* (peça em três actos, Lisboa, Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1924); do homem que sentiu essa «estranha» forma de música que era o jazz (*A Idade do Jazz-Band*, Lisboa, Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1923); do entusiasmado visitante dos Estados Unidos e da mágica Hollywood (*Novo Mundo, Mundo Novo*, Lisboa, Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1930, e *Hollywood, Capital das Imagens*, Lisboa, Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1931); do político que soube utilizar, como soube e como pôde, os meios de comunicação ao serviço do Estado Novo.

Mas Jorge Ramos do Ó, embora tivesse a figura de António Ferro como pano de fundo do seu trabalho, não o quis estudar directamente. Pretendeu ir mais longe, tentando abordar a prática e a estrutura cultural do tempo em que Ferro foi director do SPN/SNI — 1933-1949 —, ou seja, no seu próprio dizer, o «dispositivo cultural da ‘política do espírito’», expressão que Ferro utilizou num famoso artigo do *Diário de Notícias* e que foi empregue também, sensivelmente ao mesmo tempo, por Paul Valéry e que se tornou a bandeira da política cultural do regime de Salazar. Foi, pois, esse o sentido ambicioso da sua tese de mestrado, que data do Verão de 1993 e que acabou por ser publicada em fins de 1999.

Aqui reside um problema editorial que devo desde já assinalar. Tenho para mim que um trabalho académico de mérito — como é o caso da dissertação de Ramos do Ó — ou deve ser publicado de imediato, com as necessárias correcções, ou, a ser publicado mais tarde, deve ser submetido a modificações mais significativas. É certo que de 1993 para cá não se publicaram obras nem mesmo — segundo julgo — se realizaram dissertações de mestrado ou de doutoramento que, de alguma forma, desactualizassem a obra de Ramos do Ó. A falta de tratamento de alguns arquivos ou a impossibilidade de os investigadores a eles acederem, como é o caso lastimável — a rondar o escândalo — do arquivo do SPN/SNI/SEIT, não possibilitaria a realização de trabalhos de grande originalidade neste âmbito. No entanto, surgiram alguns ensaios e teses que o próprio autor deve, com certeza, ter conhecido e que não citou na bibliografia. Refiro-me, por exemplo, ao ensaio de Heloísa Paulo *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP* (Coimbra, Minerva, 1994) e às teses de mestrado escritas e apresentadas nas universidades nos anos 90 e só publicadas recentemente, de Irene Pimentel (tese de 1996 publicada em 2000: *História das Organizações Femininas no Estado Novo — o Estado Novo e as Mulheres, a Obra de Mães pela Educação Nacional e a Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, Círculo de Leitores), de José Carlos Valente (tese dos inícios de 1999 e

publicada no fim desse ano: *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT*, Lisboa, Colibri) e de Daniel Melo (tese aprovada em 1997 e só publicada em fins de 2001: *Salazarismo e Cultura Popular*), ou à tese de doutoramento de Margarida Acciaiuoli (*Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. «Restauração» e «Celebração»*, 1991), de que foi publicada uma parte (*Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998), ou mesmo à dissertação doutoral da já citada Heloísa Paulo (de 1997 e publicada em 2000: *«Aqui também é Portugal»*. *A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto). Como tese que também interessa conhecer neste âmbito e que por certo deveria ter citado, embora se trate de uma análise de temas culturais do período posterior ao estudado por Ramos do Ó, referiríamos a dissertação datada de 1998, ainda não editada, de João Pedro de Avellar George, *Campo Literário em Portugal (1960-1995): Prémios Literários, Escritores e Acontecimentos*.

É preciso, porém, que se diga que Ramos do Ó assume este carácter «passado» da sua obra. Justifica isso com particular ironia e até com assinalável sentido memorial, a ponto de não podermos resistir a transcrever este passo da sua nota prévia: «Decidi *retirar-me* e virei a minha atenção para a história da educação. Obrigado agora a voltar ao texto para o publicar, dou comigo a experimentar o interior de uma realidade por

outros abundantemente descrita: autor e texto cumprem trajetórias separadas; o espaço que entre ambos se vai entretanto circunscrevendo é o espaço mesmo da *identidade*. Em cima das páginas da tese, passei sobretudo a reflectir e fantasiar sobre as relações entre o *tempo* e a *mudança*, em vez de me deter sobre o seu conteúdo. Sou hoje uma pessoa diferente e essa consciência fez-me afastar de todo e qualquer impulso tendente à *readaptação* do original. Além das transformações normais nestes casos e da supressão de incorrecções manifestas, o texto é o mesmo. Faz parte da minha história» (p. 11).

Esta consciência do seu próprio «passado científico», de uma grande clarividência, parece também surgir no fim do livro com alguma natural angústia e louvável autocrítica, mas também com o sentido de clarificar os objectivos da obra (constituída por uma sobreposição de planos), objectivos esses que, na verdade, apesar de alguma dificuldade para o leitor, em grande parte foram alcançados. São de Ramos do Ó estas palavras (quase) finais: «Neste deslizar múltiplo de ideias, intérpretes e realidades — numa ambição talvez excessiva de cobrir espaços e tempos — o objectivo predominante foi tão-só o de demonstrar a importância de que se reveste a construção de uma história social e da cultura. Tentámos efectivamente, ao longo de quatro capítulos, que fossem inventariados e analisados discursos e práticas, verificando níveis de aglutinação e de compatibilidade, mas procurámos igualmente detectar for-

mas de conflitualidade. As linhas que atrás foram traçadas nas páginas anteriores não têm, portanto, uma direcção única» (p. 231).

Trata-se, pois, de uma obra com o objectivo de estudar os vários discursos e práticas culturais e as diversas instituições — o Secretariado de Propaganda Nacional, a Junta Nacional de Educação, o Instituto para a Alta Cultura, a Sociedade Nacional de Belas-Artes, a Campanha Nacional de Educação de Adultos, etc. —, procurando, nesta pluralidade de realidades, encontrar as relações entre a cultura e o Estado Novo ou algumas situações de conflito. É, pois, um objectivo demasiado «ambicioso» — conforme diz o autor — e trata-se de uma obra que não deixa de revelar algum compromisso entre a formação do autor, em História, bem como do orientador, o Prof. A. H. Oliveira Marques, e talvez o desejo de apresentar um trabalho integrado num campo mais vasto das ciências sociais ou de uma história das ideias de uma certa complexidade teórica. Daqui que nem sempre o discurso do autor, embora vivo, seja claro e necessário, sacrificando mesmo o esclarecimento e a análise objectiva de realidade. De resto, isso é evidente mesmo na própria estrutura da obra. Se analisarmos o índice, logo veremos isso, pois não ficamos com uma ideia nítida dos contornos da evolução do texto, que só dificilmente e ao longo da leitura vamos detectando.

Na primeira parte, «Nacionalismo português: a paz na guerra», procurou Jorge Ramos do Ó caracterizar o Estado Novo português como agente

de cultura. Mas não fica claro o relacionamento do Estado Novo perante o complexo mundo das ideologias internas e confluentes — catolicismo social conservador, integralismo, nacional-sindicalismo, republicanismo conservador, nacionalismos culturais de diversos tipos, modernismo e vanguardismo, etc. E também não aparece — quase nunca aparece em nenhuma obra sobre o Estado Novo — o relacionamento da cultura e da propaganda salazaristas com a cultura e a propaganda fascistas, a ponto de sermos sempre levados a pensar que estamos realmente perante uma ideia de «originalidade portuguesa», como se a ideia de «originalidade» não fizesse parte de toda a lógica nacionalista.

Na segunda parte aborda-se o tema «Instrumentos e agentes de dominação». Isso levar-nos-ia, naturalmente, a uma compreensão do sentido e do papel das várias instituições de cultura ou de paracultura, o que, de resto, se concretiza na obra, embora com um sentido fraccionado e nem sempre com grande clareza.

Na terceira parte, intitulada «Consagrar e converter», fala-se dos diversos autores e artistas que se integraram no «campo literário do poder», ou no «campo artístico do poder», em diversas instituições, sem, porém, se analisarem concretamente as lógicas complexas de «conversão», espontânea, forçada ou implícita, que, naturalmente, não se detectam através da análise fria dos números e dos quadros abundantes e de grande importância que polvilham o texto. No entanto, isto não signifi-

ca que não se tenham dado a conhecer os diversos programas estéticos, no contexto das variáveis políticas do tempo.

A quarta e última parte, «Repressão e concorrência», leva-nos ao campo da acção censória e das estéticas de oposição, que também não são analisadas intrinsecamente e que merecerão, sem dúvida, estudos mais aprofundados.

A obra de Jorge Ramos do Ó é, pois, ambiciosa em termos de referências diversas às mais diferentes estruturas do poder e da cultura; é servida por isso de um notável aparato estatístico e de quadros informativos abundantes, mas perde-se um pouco numa proliferação de dados e num discurso analítico nem sempre incisivo e esclarecedor, o que torna difícil a captação do seu sentido. No entanto, não devemos esquecer que se trata de uma obra de juventude. Neste sentido, deve sobretudo destacar-se que é a primeira abordagem global realizada sobre temática tão vasta. Trata-se de uma publicação que, embora atrasada em termos de edição, é de grande importância para a percepção de temas a desenvolver no campo da história da cultura. Espero que o facto de Jorge Ramos do Ó se ter «retirado» para outro campo de investigação, não o «retire» de um aprofundamento nesta mesma área, dado que a história da educação, apesar da sua eventual autonomia, é também uma área da história da cultura.

LUÍS REIS TORGAL

*David Corkill, The Development of the Portuguese Economy. A Case of Europeanization, Contemporary Economic History of Europe* (coleção editada por Derek Aldcroft), Londres, Routledge, 1999, 259 páginas.

O novo livro de David Corkill sobre o desenvolvimento da economia portuguesa constitui um contributo muito oportuno para uma bibliografia rara e frequentemente pobre. De facto, os livros em língua inglesa sobre assuntos portugueses não são de modo algum comuns e os que são lançados a público por uma editora prestigiada e inseridos numa colecção editada por um estudioso de renome são verdadeiramente excepcionais. David Corkill, que é actualmente leitor de Estudos Ibéricos na Manchester Metropolitan University, não se estreia no tema. É autor de outro livro, intitulado *The Portuguese Economy since 1974* (Edimburgo, Edinburgh University Press, 1993), e de diversos artigos, alguns deles publicados no *International Journal of Iberian Studies*. É certo que Corkill recupera neste livro grande parte do seu trabalho anterior, mas revela ter adquirido um conhecimento notável dos assuntos portugueses. O autor conhece não apenas as circunstâncias económicas, como também o curso de eventos políticos, e exhibe um conhecimento muito pormenorizado dos principais actores e instituições sociais portuguesas (que os seus laços familiares podem ter facilitado). Conse-